

## GÊNERO E VIOLÊNCIA DE GÊNERO NO ESPAÇO ESCOLAR

**Fernanda Luzia Lunkes** – flunkes@gmail.com

Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB), Itabuna, Bahia, Brasil; <https://orcid.org/0000-0002-7530-2500>

**RESUMO:** O presente trabalho objetiva, à luz da Análise de Discurso, apresentar um projeto de pesquisa em andamento, detendo-se de modo especial em um de seus resultados, qual seja, a elaboração coletiva de uma história em quadrinhos sobre gênero e violência de gênero, cuja proposta é circular em diferentes espaços, sobretudo no espaço escolar. A fim de facilitar a exposição, o texto está estruturado da seguinte maneira: para iniciar, serão desenvolvidas reflexões teórico-analíticas acerca do recrudescimento do discurso conservador na formação social brasileira, sobretudo em relação a gênero, e como tais questões são disputadas nos saberes que (não) podem e (não) devem circular no espaço escolar. Em seguida, será empreendida uma discussão sobre gênero e como o Aparelho Ideológico Escolar atua para a reprodução das relações de produção, bem como perspectivas teóricas que defendem a necessidade da escola assumir o debate de temas como gênero e sexualidade. Um último momento será dedicado à apresentação e breve análise de uma história em quadrinhos, por meio de alguns recortes. Com temas relacionados a questões de gênero e violência de gênero em seus gestos mais sutis e cotidianos, a história em quadrinhos de certa forma a visibiliza e faz circular dizeres de sujeitos segregados socialmente.

**PALAVRAS-CHAVE:** Análise de discurso; Gênero; História em quadrinhos; Violência de gênero.

### 1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O espaço escolar tem sido alvo privilegiado, sobretudo nos últimos anos, para a execução de projetos, propostos em diferentes instâncias, cujo objetivo é, em um gesto censório (ORLANDI, 2002), silenciar determinados processos de formulação e circulação de sentidos sobre questões relativas a gênero e à sexualidade. A partir da Análise de Discurso, tal como proposta por Michel Pêcheux ([1969] 1997, [1975] 2009), este trabalho visa apresentar questões teórico-analíticas acerca de algumas dessas iniciativas, bem como sobre a importância de se endereçar questões relativas a gênero ao espaço da escola (LOURO, 2014). Além disso, o trabalho situa um percurso de pesquisa que resultou na produção coletiva de uma história em quadrinhos. Uma hipótese deste estudo, considerando o recrudescimento de discursividades conservadoras na formação social brasileira para e no espaço escolar, é de que a história em quadrinho, em seus efeitos de formulação e circulação, pode ser significada como um gesto de deslocamento de práticas discursivas conservadoras que circulam no espaço escolar, fazendo ressoar, neste e em outros espaços, discursos sobre e de sujeitos e(m) sexualidades segregadas socialmente.

## 2 DISCURSIVIDADE CONSERVADORA EM CIRCULAÇÃO: APONTAMENTOS

Para abrir esta seção, é importante explicar o que estamos entendendo quando utilizamos a expressão ‘discursividades conservadoras’. Da perspectiva da Análise de Discurso, discursividade pode ser explicada como a

[...] produção simbólica ininterrupta que na linguagem organiza sentidos para as relações de poder presentes em uma formação social, produção esta sempre afetada pela memória do dizer e sempre sujeita à possibilidade de rupturas no dizer – como um dos elementos constitutivos dos processos sociais e, por conseguinte, constitutivo da materialidade lingüística (MARIANI, 1998, p. 24).

O termo ‘conservador’, utilizado no presente trabalho para adjetivar tais discursividades em circulação na atualidade, foi adotado com base em Souza (2017) para marcamos uma posição teórico-analítica acerca de práticas discursivas que, pela força material lingüístico-ideológica, funcionam de maneira a produzir efeitos hierárquicos a respeito de grupos e sujeitos sociais. Deste modo, tornam-se evidentes sentidos segundo os quais os homens são diretamente relacionados ao “espírito” e as mulheres, ao “afeto” (SOUZA, 2017, p. 23). Uma das consequências de tais práticas é a relação construída entre a mulher e a criação dos filhos e/ou dos cuidados do lar. Nossa proposta amplia a relação entre homens e mulheres proposta por Souza para os demais gêneros, colocando em questão o imaginário relacionado à masculinidade daquilo que está fora, à margem de tais sentidos, como mulheres e grupos LGBT<sup>1</sup>. Trata-se, portanto, de um discurso relacionado ao patriarcado e cuja tomada de posição tem por vistas a reprodução e manutenção das relações de produção colonizadoras e machistas.

Com tais considerações, partamos para o que entendemos se filiar a tal discursividade e seu recrudescimento social, voltando-se especialmente ao Programa “Escola sem Partido”. Embora tenha sido elaborado em 2004<sup>2</sup>, os últimos anos tornaram flagrantes ações nas quais diferentes grupos e setores saíram em defesa de maneira mais veemente de sua implantação no espaço escolar.

Uma das iniciativas almeçadas com sua implantação é afixar, em salas de aula dos ensinos fundamental e médio, avisos concernentes aos “deveres do professor”, a fim de informar os sujeitos que circulam por esses espaços como evitar a “doutrinação ideológica” por parte do/a docente<sup>3</sup>. Depreende-se que está em questão, neste discurso, uma imagem sobre o professor. Ao falarmos em imagens, faz-se necessário retomar as formações imaginárias propostas por Pêcheux.

<sup>1</sup> Para este trabalho, adotamos esta sigla e reconhecemos a importância da disputa pela sua reformulação, que em versões atualizadas comparece como LGBTQ+.

<sup>2</sup> Disponível em: <[https://www.unifal-mg.edu.br/pibid/files/file/sextoseminario/Escola\\_Sem\\_Partido/escola\\_sem\\_partido\\_parte\\_1.pdf](https://www.unifal-mg.edu.br/pibid/files/file/sextoseminario/Escola_Sem_Partido/escola_sem_partido_parte_1.pdf)> Acesso em: 15 de out. 2018.

<sup>3</sup> Disponível em: <<https://www.programaescolasempartido.org/>>. Acesso em: 15 de out. 2018.

Para Pêcheux ([1969] 1997a), todo processo discursivo é constituído pelas formações imaginárias: projeções em jogo dos lugares de A e B. Por meio de questões implícitas, elas funcionam de modo a projetar os lugares sociais em jogo: O lugar social daquele que formula o dizer, o lugar daquele para quem se diz e também o lugar daquilo sobre o qual se formula o dizer, o referente. Pêcheux destaca que as projeções são resultados de outras condições de produção e que permitem uma tomada de posição do processo discursivo. É destacada pelo autor a necessidade de se afastar de concepções que tornem tal tomada de posição enquanto uma apreensão perceptiva dos sujeitos (PÊCHEUX, [1969] 1997, p. 85).

A partir de tais considerações, retomemos o discurso do Programa “Escola sem Partido” e sua mobilização de uma imagem tendenciosa/autoritária do professor. Nos sentidos produzidos, o termo ‘doutrinação’ é colocado em pauta para relacionar uma prática docente supostamente realizada por sujeitos que imporiam saberes e tomadas de posição a despeito da história particular do estudante.

Além da imagem negativizada do professor, está em disputa de sentidos nos discursos de grupos e sujeitos favoráveis à proposta do Programa “Escola sem Partido” questões relativas ao que é educar, o que pode/deve ensinado no espaço escolar, que discursividades não podem/não devem comparecer.

Um desses pontos, tanto nos discursos que se identificam ao projeto Escola sem Partido bem como naqueles que se contraidentificam<sup>4</sup>, tem sido a abordagem de temas relativos à questão de gênero. Uma expressão-síntese que circula entre o primeiro grupo para fazer menção a como o tema gênero tem circulado no espaço escolar na atualidade é “ideologia de gênero”. Em vídeo postado no *Youtube*<sup>5</sup>, um deputado fortemente filiado a essa discursividade conservadora designa alguns dos materiais produzidos pelo Governo Federal, então sob a liderança de Dilma Rousseff, como “kit gay”. O deputado afirma que no Brasil “é muito mais importante botar na cabeça do menino que ele não é menino e da menina que não é menina, como foi aplicada na prova do Enem”<sup>6</sup>.

<sup>4</sup> Ao utilizar estes termos, nos filiamos aos estudos de Pêcheux. O autor aponta para diferentes modalidades de tomada de posição do sujeito. De um lado, temos a identificação, uma espécie de “bom sujeito”, uma vez que há coincidência entre sujeito/Sujeito; no processo de interpelação, o sujeito “reflete espontaneamente o Sujeito” (PÊCHEUX, [1975] 2009, p. 199). De outro, Pêcheux cita a contraidentificação, marcada pelo movimento de não-coincidência no processo ideológico entre sujeito e Sujeito. Trata-se de um funcionamento de separação do sujeito, por meio da dúvida, revolta, do questionamento, entre outras maneiras, em relação àquilo que lhe dá a pensar o sujeito universal. Deve-se salientar, porém, que tais modalidades de tomadas de posição não ocorrem sem falhas, reflexões que Pêcheux desenvolve em *Só há causa daquilo que falha ou o inverno político francês: início de uma retificação*.

<sup>5</sup> Vídeo disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=hjHqXzUaOjA>>. Acesso em 26 de ago. 2018.

<sup>6</sup> Em 2015, uma questão do Enem trouxe uma citação de Simone de Beauvoir, extraída do segundo volume da obra “O segundo sexo”, para abordar a luta pela igualdade de gênero e o movimento feminista. O comparecimento da questão produziu muita polêmica, fortalecendo tanto discursividades que defendem o comparecimento de questões de gênero na educação, bem com aquelas que acusam de que uma “ideologia de gênero” está sendo incentivada nas

Tal discurso se sustenta no imaginário de que a apresentação, problematização e desconstrução de evidências sobre questões de gênero no espaço escolar, questões essas cristalizadas historicamente, atuam como possibilidade do sujeito criança/adolescente questionar sua posição sujeito e até mesmo alterar, por influência do discurso pedagógico, sua orientação sexual.

Em análise de materialidades imagéticas que circulam em grupos do *Facebook* e que defendem a aprovação do projeto, Penna (2016, *online*) afirma:

Estes movimentos afirmam que a “ideologia de gênero” teria como meta incentivar os alunos a abandonar a religião e incentivá-los a fazer sexo. Discutir gênero em sala de aula não é isso. É problematizar a violência doméstica. É trazer para a sala de aula a representação de famílias de diferentes configurações. É permitir que as pessoas de diferentes orientações sexuais se percebam representadas, e não silenciadas, no conhecimento produzido nas escolas. A estratégia aqui, como nos outros casos, é utilizar alguns casos particulares, onde a questão pode ter sido malconduzida por um professor, para proibir a discussão de toda uma temática central ao entendimento da realidade na qual estamos inseridos (PENNA, 2016, p. 7).

Depreende-se que na discursividade conservadora a imagem produzida sobre a circulação de temas como gênero e sexualidade nas escolas refere-se exclusivamente ao ato sexual. Silenciam-se questões relacionadas à orientação sexual, à subjetividade, aos direitos civis ou à violência de gênero. Aliar unicamente, portanto, questões de gênero ao ato sexual silencia pontos fundamentais em pauta para grupos defensores de um ensino que aborde gênero, sexualidade e diversidade. Tal escolha não é sem consequências. Retomemos uma passagem na qual Pêcheux (1975) (2009 [1975]) cita Althusser:

[...] na luta política, ideológica e filosófica, as palavras são também armas, explosivos, ou ainda calmantes e venenos. Toda a luta de classes pode, às vezes, ser resumida na luta por uma palavra, contra uma outra. Algumas palavras lutam entre si como inimigas (ALTHUSSER apud PÊCHEUX, 2009 [1975], p. 195).

Assim, o termo “gênero” tem sido mote de projetos e iniciativas que visam silenciar/eliminar este e outros temas do espaço escolar. Tais projetos vêm ganhando força no cenário brasileiro. Um gesto de recrudescimento dessa discursividade conservadora no espaço escolar pode ser exemplificado pelo veto da prefeitura do município de Ariquemes (RO), em 2017, em relação a determinados temas abordados em livros didáticos do ensino fundamental e que abordavam a diversidade. O livro em questão tratava de casais homoafetivos e adoção de crianças

escolas. A título de conhecimento, retomamos a citação: “Ninguém nasce mulher, torna-se mulher. Nenhum destino biológico, psíquico, econômico define a forma que a fêmea humana assume no seio da sociedade; é o conjunto da civilização que elabora esse produto intermediário entre o macho e o castrado, que qualificam de feminino.” (BEAUVOIR, [1949] 2016, p. 11).

por homossexuais<sup>7</sup>. O prefeito determinou a retirada das páginas do livro nas quais tais assuntos são abordados. Projetos em âmbito estadual e municipal também circulam, por exemplo, em Estados como Paraná e Bahia, cujos projetos apresentados objetivam censurar discursividades que tornam possível o comparecimento, no espaço escolar, de temas como gênero, famílias não tradicionais *etc.*

Da mesma maneira que discursividades conservadoras ganham força na formação social brasileira, podem ser situadas, por outro lado, frentes de luta que buscam desconstruir/deslocar tais práticas discursivas. Citemos a criação no Paraná, nos anos 2000, do “Departamento da Diversidade” (DEDI) pela Secretaria de Estado de Educação do Paraná (SEED), no intuito de formar, ampliar debates sobre gênero e diversidade (BELLO & PUCHALSKI, 2014).

Trata-se de um exemplo que permite mobilizar a expressão de Pêcheux *reprodução/transformação*, ou seja, evidenciar a “difícil e ininterrupta” luta de classes e cujo palco são os Aparelhos Ideológicos de Estado, os quais constituem, de modo simultâneo e contraditório, “o lugar e as condições ideológicas da transformação das relações de produção” (PÊCHEUX, [1984] 2015, p. 04).

A escola, na concepção de Althusser ([1970] 1985), é um Aparelho Ideológico de Estado, o qual funciona sobretudo através da ideologia, sendo a repressão secundária. Este AIE, de acordo com o autor, “assumiu a posição *dominante* nas formações capitalistas maduras” (*ibid.*, p. 77). Embora o autor assuma que todos os AIE concorrem para a reprodução das relações de exploração capitalistas, o AIE escolar tem uma suma importância, já que se trata de uma “audiência obrigatória” (*ibid.*, p. 80). Para Althusser,

É na aprendizagem que alguns saberes contidos na inculcação maciça da ideologia da classe dominante que, em grande parte, são reproduzidas as relações de produção de uma formação social capitalista, ou seja, as relações entre exploradores e explorados, e entre explorados e exploradores. Os mecanismos que produzem esse resultado vital para o regime capitalista são naturalmente encobertos e dissimulados por uma ideologia da Escola universalmente aceita, que é uma das formas essenciais da ideologia burguesa dominante: uma ideologia que representa a Escola como neutra, desprovida de ideologia (uma vez que é leiga), aonde os professores, respeitosos da ‘consciência’ e da ‘liberdade’ das crianças que lhe são confiadas (com toda a confiança) pelos ‘pais’ (que por sua vez são também livres, isto é, proprietários de seus filhos), conduzem-nas à liberdade, à moralidade, à responsabilidade adulta pelo seu exemplo [...] (ALTHUSSER [1970] 1985, p. 80).

<sup>7</sup> Notícia disponível em: <<http://g1.globo.com/ro/ariquemes-e-vale-do-jamari/noticia/2017/01/mp-divulga-livros-didaticos-proibidos-em-escolas-por-ter-uniao-entre-gays.html>>. Acesso em 24 de agosto de 2018.

O fragmento relaciona-se fortemente ao que foi até aqui exposto e é relevante a este trabalho, uma vez que desvela como o AIE escolar atua de maneira decisiva na formação de sujeitos: com uma imagem de neutralidade, conduz os sujeitos, por meio do caráter material da evidência ideológica, a ocuparem ‘livremente’ seus lugares sociais no interior da luta de classes reproduzida no saber escolar.

Considerando, portanto, a disputa em torno de saberes relacionados a gênero e a sexualidades, passaremos a situar estudos e questões que coloquem em destaque a importância da circulação e do comparecimento de tais temas no espaço escolar.

### 3 O COMPARECIMENTO DE QUESTÕES DE GÊNERO NO ESPAÇO ESCOLAR

Nesta seção, interessa-nos compreender como pesquisadores vêm debatendo e defendendo o comparecimento de temas relativos à orientação sexual no espaço escolar. Da perspectiva discursiva, compreende-se que processos de silenciamento (ORLANDI, 2002) de temas como esses são da ordem do político, concebido como disputa de sentidos, administração de e para uma determinada direção significativa, luta histórico-ideológica a partir da qual se confrontam diferentes formações ideológicas e cujo palco é o discurso (ORLANDI, 2001).

Podemos associar que os movimentos políticos de cerceamento de sujeitos e de suas sexualidades no espaço escolar relacionam-se também a uma inscrição compulsória às práticas discursivas filiadas a uma relação binária entre masculino ou feminino, macho ou fêmea.

De acordo com Butler (2017), um conflito proeminente gira em torno das designações ‘sexo’ e ‘gênero’. Se a primeira designação coloca o sujeito numa relação fortemente marcada pelo fisiológico, a segunda produz tensões sobre um não fechamento do sujeito e(m) sua sexualidade, ou seja, traz à tona também o que não se diz quando se fala em sexo, rompe questões limítrofes acerca do corpo e faz recair sobre o social a constituição dos sujeitos. Para a autora (*ibid.*, p. 44), um dos efeitos das práticas discursivas hegemônicas é o de silenciar “práticas do desejo” que não decorram do sexo.

Zoppi-Fontana e Ferrari (2017) empreendem um estudo sobre e de gênero a da perspectiva da análise de discurso. A formulação proposta pelas autoras permite compreender que se trata de um processo constituído por uma complexa rede marcada por contradições e na qual é indissociável a relação subjetividade-ideologia. As autoras adotam a expressão “identificações de gênero” e afirmam que estas

[...] configuram as práticas discursivas ao mesmo tempo que se configuram nelas, como efeito de um processo de interpelação complexo e contraditório, no qual

as identificações de gênero se articulam a outras identificações nos processos de constituição do sujeito do discurso (ZOPPI-FONTANA & FERRARI, 2017, p. 09-10).

As perspectivas apresentadas de Butler e de Zoppi-Fontana e Ferrari, embora de campos de conhecimento distintos, problematizam justamente o fechamento do sujeito e(m) sua sexualidade. Não se trata de afirmar que o sujeito pode ser o que quiser; trata-se, isto sim, de desconstruir perspectivas dicotômicas segundo as quais o sujeito é X ou Y e que somente a partir dessas classificações (PÉCHEUX, [1983] 1990) pode se constituir subjetivamente.

De acordo com Louro (2014), o conceito de gênero, em seu gesto de formulação, comparece “como uma ferramenta analítica que é, ao mesmo tempo, uma ferramenta política” (LOURO, 2014, p. 25). Vale lembrar que, de acordo com a Análise de Discurso, a produção de sentidos também é feita levando-se em conta o equívoco, por isso também as tensões e disputas no interior de grupos militantes, colocando em pauta aquilo que desregula, que fissa o ritual de produção de consensualidade acerca dos gêneros. O discurso, assim, coloca-se como o palco no qual os sujeitos dizem e apontam para diferentes sexualidades e processos de identificação.

O espaço escolar atua em concorrência com os demais AIE para a reprodução das relações de produção capitalistas. Orlandi (2004, p. 149) define a escola como “lugar de interpretação”, cujos sentidos produzidos estão colocados anteriormente aos sujeitos que circulam por ele. De acordo com a autora, a relação que a escola estabelece com a cidade, entendida como meio simbólico, permite que a escola seja um espaço privilegiado para se observar justamente do funcionamento do político e do social. Aqui se pode marcar, portanto, a importância de se colocar em cena as políticas que visam tanto *censurar* a circulação de determinadas discursividades relativas à sexualidade, bem como visam *impor* o retorno de outros. Neste tenso jogo de disputas, Orlandi (*ibid.*, p. 153) entende que a escola atua “no sentido de reforçar a verticalização das relações, a racionalidade, o conhecimento”.

Ao conceber a escola como um AIE, um espaço no qual se “reforçam” as relações, vale ainda retomar processos de silenciamento e gestos discriminatórios acerca de questões de gênero, reproduzidos também no espaço escolar.

A fim de demonstrar como a violência se reproduz socialmente, retomemos dados disponibilizados pelo Grupo Gay da Bahia apontam que o Brasil é um dos países onde mais se cometem crimes contra as minorias sexuais. De acordo com o grupo, em 2016 houve um número elevadíssimo de assassinatos, equivalente a uma morte a cada 25 horas. Deve-se salientar que tal estatística refere-se aos homossexuais, excluindo-se, portanto, assassinato de mulheres, transexuais, por exemplo.

O espaço escolar, de acordo com Cavaleiro (2014, p. 267), corrobora para a violência de gênero: “Atitudes discriminatórias contra as sexualidades consideradas desviantes entre as/os próprias/os estudantes são a contrapartida da vigilância que se exerce sobre as sexualidades consideradas ‘normais’”, o que, de acordo com pesquisas, se relaciona fortemente aos índices obtidos de pesquisas: um alto número de professores considera “inadmissível” a relação homossexual (*ibid.*).

Este ponto de filiação ao discurso conservador por grande parte de docentes coloca em suspenso uma das evidências postas a circular pelo Programa “Escola Sem Partido”, mencionada no início desse texto: de que haveria “doutrinação” ideológica por parte dos professores. Uma das consequências de tal doutrinação estaria no fato de que, diante da circulação e influência – negativizada – de determinados saberes, os desejos do sujeito poderiam ser perturbados e até mesmo alterados, o que em consequência, afetaria até mesmo sua orientação sexual. O que se pode depreender com as pesquisas, entretanto, é que os professores também são atravessados pela discursividade conservadora<sup>8</sup>.

Neste ponto é preciso retomar Pêcheux ([1984] 2015) acerca da contradição na reprodução/transformação das relações de produção. Isto porque, na esteira da reflexão proposta pelo autor, tanto no discurso do Programa “Escola Sem Partido”, assim como no discurso dos professores, o “palco da luta ideológica de classes” é uma região de Saber (PÊCHEUX, [1984] 2015, p. 05), aqui considerada amplamente como a questão de gênero. Não se trata, portanto, de culpabilizar o trabalho docente, embora esta produção de evidências não seja sem consequências, mas justamente de aspectos relativos aos conteúdos de ensino que podem ser “armas temíveis” – retomando Pêcheux – quando abordados no espaço escolar.

Assim, tanto o discurso do Programa assim como os índices registrados pelas pesquisas sobre o discurso docente demonstram a força da discursividade conservadora e impõem a urgência quanto a circulação de práticas que permitam desconstruir de certa forma tais evidências de sentidos.

E, neste sentido, com vistas também a situar o funcionamento da violência de gênero, está em andamento o projeto “O discurso sobre gênero na mídia: efeitos de produções de evidências e processos de silenciamento”. No período de 2017 a 2018, desenvolveu-se com o estudante Saulo Carneiro Pereira dos Santos<sup>9</sup> o plano de trabalho “Violência homofóbica no discurso jornalístico:

---

<sup>8</sup> Da perspectiva discursiva, as evidências produzidas pelas estatísticas também são mote profícuo de reflexão e suspensão de tais sentidos. Como não há condições de desenvolver de maneira satisfatória este ponto, e não sendo este o objetivo, neste trabalho, as estatísticas estão sendo consideradas para fins de análise, apesar do nó ideológico supracitado do qual estamos advertidos.

<sup>9</sup> Estudante do Bacharelado Interdisciplinar em Humanidades, na Universidade Federal do Sul da Bahia.



modos de dizer, modos de silenciar”. Um dos resultados esperados era a realização de uma oficina para estudantes do ensino médio e, com vistas a tal evento, planejou-se a produção de um material sobre gênero e violência de gênero<sup>10</sup>.

Um dos objetivos da produção do material era fazer circular discursividades que pudessem atuar enquanto práticas de descolamento de sentidos conservadores sobre gênero e sexualidades, bem como sensibilizar o sujeito-leitor para a violência a que cotidianamente estão expostos sujeitos e que, por essa razão, filiam-se a sentidos de não aceitação, desconforto, desalento, fracasso subjetivo. Trata-se, enfim, de salientar o quanto em nossa formação social esses sujeitos estão sob o jugo da segregação diante da dominação de uma formação discursiva conservadora. Para Bello & Puchalski (2014), é preciso trazer tais questões à escola. Fazer comparecer estes sujeitos silenciados socialmente pode ser uma forma de se assumir uma tomada de posição política, no espaço escolar, de uma consequência produzida também neste espaço e que se relaciona à evidência de um sujeito fora dos sentidos de normalidade.

No que se refere ao planejamento de fazer circular temas como gêneros e violência de gênero no espaço escolar, deve-se retomar o termo ‘disputa’, utilizado anteriormente. Se a escola é um AIE que reproduz as relações de produção e verticaliza (hierarquiza) relações de poder, devemos, por outro lado, retomar Pêcheux ([1975] 2009, p. 277) e enfatizar a falha da ideologia: ao situá-la como um *ritual*, o autor aponta que todo ritual, a despeito de sua força, pode ser enfraquecido, furado. Ao revisitar fundamentos teóricos em *Só há causa daquilo que falha ou o inverno político francês: início de uma retificação*, Pêcheux afirma que “levar demasiadamente a sério a ilusão de um ego-sujeito-pleno em que nada falha, eis precisamente algo que falha em *Les Vérités de La Palice*.” (*ibid.*, p. 276) e apresenta a lição pedagógica como exemplo de estilhaçamento do ritual.

Considerando a possibilidade de equívoco, deve-se estar advertido, a partir de Pêcheux, de que os sentidos sempre podem ser outros. Entretanto, no processo de criação do material assumimos, de certa maneira, a afirmação do autor segundo a qual “é preciso ousar pensar por si mesmo”. Desta forma, organizou-se, de maneira coletiva<sup>11</sup>, uma história em quadrinhos a partir da qual os temas gêneros e violências de gênero foram priorizados, com base na escuta de sujeitos em diferentes espaços e circunstâncias.

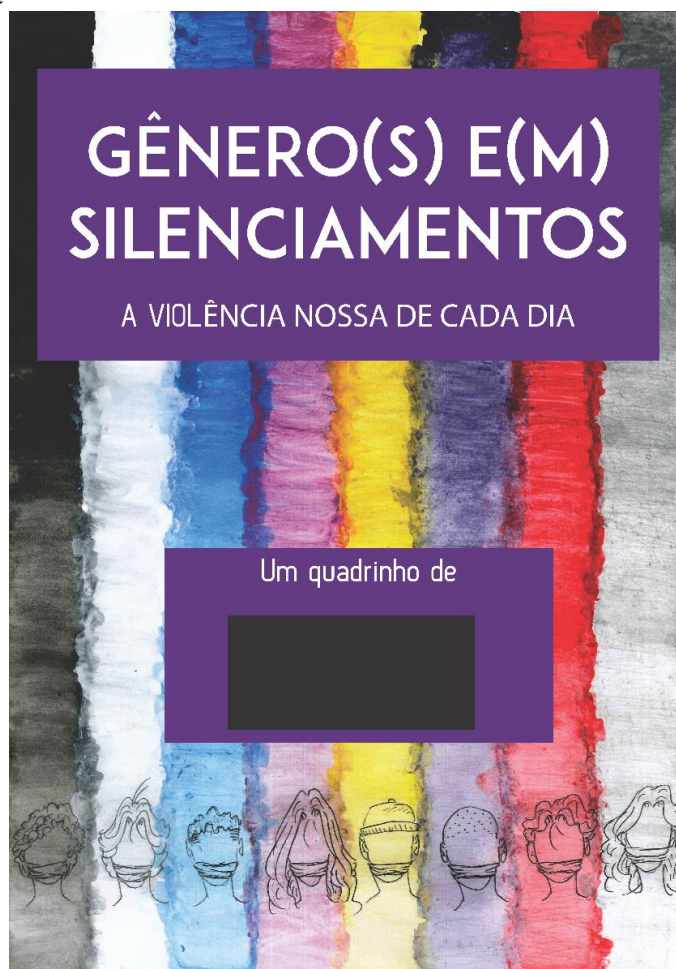
A história apresenta diferentes cenas de sujeitos, mulheres, homossexuais, transexuais, pansexuais, bissexuais, assexuais, entre outros, nas quais os gestos da violência se marcam de maneira mais ordinária, abordando em certos casos os modos pelos quais o sujeito, diante dos

<sup>10</sup> Vale ressaltar que o material circularia primeiramente na oficina para depois ampliar sua esfera de circulação.

<sup>11</sup> O trabalho demandou diversas reuniões de trabalho que envolveram a construção das personagens, a elaboração da história e do roteiro da ilustração, esta última realizada pelo artista Gabriel Onasses.

efeitos do cerceamento social, se relaciona com sua própria identificação, orientação de gênero e sexualidade. Trata-se de um gesto que visa desafi(n)ar silenciamento e silenciadores, colocando em questão o que parece estar destituído de sua força de evidência (enquanto gesto de violência), justamente pela naturalização dos sentidos das violências cotidianas. Na esteira de Louro (2014, p. 67), assumimos que “São as práticas rotineiras e comuns, os gestos e as palavras banalizadas que precisam se tornar alvos de atenção renovada, de questionamento e, em especial, de desconfiança. A tarefa mais urgente talvez seja exatamente essa: desconfiar do que é tomado como ‘natural’”.

**Figura 1** – Capa da obra



Fonte: Lunkes, Santos e Onasses (2018)

A capa da obra apresenta os personagens que comparecem na história; as cores fazem ressoar a memória discursiva das bandeiras de diferentes movimentos sociais, sem retomar algum especificamente. A ilustração inscreve diferentes produções de sentido: de um lado, na capa já comparecem os sujeitos segregados socialmente e que terão seu “lugar de fala”<sup>12</sup>; de outro, esta

<sup>12</sup> Utilizamos aspas por entendermos que embora as histórias retomem alguns relatos e o processo de textualização faça uso da primeira pessoa, os sujeitos não compuseram o coletivo para a elaboração da obra. A perspectiva do

mesma capa os apresenta nos efeitos de evidência de tais sujeitos: com a boca tapada - sem direito à fala. Assim, joga-se com diferentes sentidos, pois se o discurso desses sujeitos será mobilizado na obra, evidencia-se que a formação social brasileira atua de modo a censurar esses discursos.

Figura 2<sup>13</sup>



Fonte: Lunkes, Santos e Onasses (2018)

Na figura 2, apresenta-se uma cena rotineira, na qual dois jovens assistem à televisão. Somos conduzidos a conhecer alguns dos desejos e das coerções que envolvem a personagem, motivo que o leva a temer que outras pessoas saibam do ocorrido: um beijo, construído no quadrinho pelo jogo com a imagem exibida na televisão. O gesto de beijar demonstra um momento de intimidade, mas também de que algo não vai bem com esse sujeito em relação à sua orientação sexual, já que há um desconforto imediato após o beijo.

conceito de lugar de fala retoma, neste caso, a explicação de Ribeiro (2017, p. 66): “Pensamos lugar de fala como refutar a historiografia tradicional e a hierarquização de saberes consequente da hierarquia social”.

<sup>13</sup> No primeiro balão, lê-se: “Você não **vai** falar isso para ninguém”.

Também é possível depreender que o modo como se construiu a imagem, no jogo entre mostrar/esconder, relaciona-se aos movimentos de desejo e coerção subjetivos e sociais. Tal representação imagética alinha-se à observação de Louro:

Os sentidos precisam estar afiados para que sejamos capazes de ver, ouvir, sentir as múltiplas formas de constituição dos sujeitos implicados na concepção, na organização e no fazer cotidiano escolar. O olhar precisa esquadrinhar as paredes, percorrer os corredores e as salas, deter-se nas pessoas, nos seus gestos, suas roupas; é preciso perceber os sons, as falas, as sinetas e os silêncios (LOURO, 2014, p. 63).

Esta passagem de Louro refere-se especialmente à escuta no/do espaço escolar; no caso da história em quadrinhos, interessa também compreender as coerções, os medos e desejos nas relações mais íntimas dos sujeitos que constituem o espaço escolar, ou seja, em um para além desse espaço, o que permite depreender os efeitos coercitivos no ordinário dos sentidos: o sujeito que deseja é o mesmo que vive sob à sombra da coerção/rejeição social.

#### 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho buscou compreender como a discursividade conservadora sobre os saberes da/escola vem ganhando força, retomou estudos de diferentes regiões de conhecimento a fim de definir o que está em jogo quando se utiliza o termo ‘gênero’ e assumiu como necessidade fazer circular os gênero e violência de gênero no espaço escolar.

Apresentamos fragmentos de uma história em quadrinhos que propõe uma interlocução com tais temas, a partir de enquadramentos do cotidiano, e cujo objetivo é colocar a circular em escolas e em movimentos sociais, por exemplo.

Para marcar a contradição dos AIE, retomemos a afirmação de Pêcheux de que estes se caracterizam por uma “difícil e ininterrupta” luta de classes. Luta, reprodução, movimentos e(m) transformação. Neste sentido, está em questão com a história em quadrinhos colocar a circular discursividades outras, permitir a visibilização de sujeitos segregados socialmente, produzir enquadramentos sobre a cotidiana violência de gênero em um gesto de não fechamento de sentidos, tal como da perspectiva da Análise de Discurso se concebem o sujeito e os sentidos: em movênciã.

Para finalizar, espera-se que o material, em seus diferentes endereçamentos posteriores, possa encontrar sujeitos-leitores que, às voltas com desejos, sofrimentos, incertezas, dúvidas, questionamentos, revoltas, preconceitos, ou seja, em diferentes condições de produção de circulação e de leitura (PFEIFFER, 2017), desloquem sentidos sociais e produzam gestos de leituras outros. Gestos estes que, minimamente, permitam traçar tomadas de posição menos segregadoras e coloquem em causa o político de/em nossas relações sociais, conforme aponta Louro (2014, p.

11): “Se hoje me reconheço como [...] feminista, tenho convicção de que esta identidade foi sendo produzida, contestada, questionada e assumida em múltiplas relações e práticas cotidianas, ao longo de vários anos.”.

## 5 REFERÊNCIAS

ALTHUSSER, L. [1970]. **Ideologia e Aparelhos Ideológicos do Estado**: Nota sobre os Aparelhos Ideológicos de Estado. 9. ed. Trad. Walter José Evangelista e Maria Laura viveiros de Castro. Introdução crítica J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Graal, 1985.

BEAUVOIR, S. **O segundo sexo**: a experiência vivida. 3. ed. Tradução de Sérgio Millet. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2016.

BELLO, M.; PUCHALSKI, H. Educação das relações de gênero e diversidade sexual no Paraná: a diversidade como princípio educativo. In: MAIA, J. S.; BIANCON, M. L. **Educação das relações de gênero e em sexualidades**: reflexões contemporâneas. Curitiba: Appris, 2014, p. 51-70.

BUTLER, J. **Problemas de Gênero**: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: civilização Brasileira, 2017.

CAVALEIRO, M.C. A sexualidade é política: heterossexualidade compulsória e lesbofobia nas escolas. In: MAIA, J. S.; BIANCON, M. L. **Educação das relações de gênero e em sexualidades**: reflexões contemporâneas. Curitiba: Appris, 2014, p. 265-283.

LOURO, G. L. **Gênero, sexualidade e educação**: Uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis: Vozes, 2014.

LUNKES, F.; SANTOS, S.C.P.; ONASSES, G. **Gêneros e(m) silenciamento(s)**: a violência nossa de cada dia. Itabuna: UFSB, 2018. ISBN 978-85-54252-01-4.

MARIANI, B. **O PCB e a imprensa**: os comunistas no imaginário dos jornais (1922-1989). Rio de Janeiro: Revan; Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1998.

ORLANDI, E. **Cidade dos Sentidos**. Campinas: Pontes, 2004.

ORLANDI, E. **As formas do silêncio**: no movimento dos sentidos. 5. ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp. 2002.

ORLANDI, E. **Discurso e texto**: formulação e circulação dos sentidos. Campinas, SP: Pontes, 2001.

ORLANDI, E. [1984]. Ousar pensar e ousar se revoltar. Ideologia, marxismo, luta de classes. **Décalages**, v. 1, n.4, p. 01-22, jun. 2015. Disponível em: <https://scholar.oxy.edu/decalages/vol1/iss4/15/>. Acesso em: 30 de set. 2018.

ORLANDI, E. [1975] **Semântica e discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. Campinas: Unicamp, 2009.

ORLANDI, E. [1983]. **O discurso:** estrutura ou acontecimento. Trad. Eni Orlandi. Campinas-SP: Pontes, 1990.

PENNA, F. **O ódio aos professores.** Disponível em: <[https://www.unifal-mg.edu.br/pibid/files/file/sextoseminario/Escola\\_Sem\\_Partido/escola\\_sem\\_partido\\_parte\\_1.pdf](https://www.unifal-mg.edu.br/pibid/files/file/sextoseminario/Escola_Sem_Partido/escola_sem_partido_parte_1.pdf)>. Acesso em 15 out. 2018.

PFEIFFER, C. A leitura discursiva na escola. In: **Leitura na perspectiva da Análise de discurso materialista.** Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=B19HPuJUKAM&index=2&list=LLFIQqKrA1t37dRu6IcKWsa&t=0s>>. Acesso em: 21 de out. 2018.

RIBEIRO, D. **O que é lugar de fala?** Belo Horizonte: Letramento; Justificando, 2017.

SOUZA, J. **A elite do atraso:** da escravidão à Lava Jato. Rio de Janeiro : Leya, 2017.

ZOPPI-FONTANA, M. G.; FERRARI, A. J. (orgs.). **Mulheres em discurso:** Gênero, linguagem e ideologia. Campinas: Pontes, 2017. Vol. 1.

***Title***

Gender and gender violence in school space.

***Abstract***

By the light the Discourse Analysis theoretical-methodological assumptions, the present work aims to present a research project in progress, focusing on one of its results: the collective elaboration of a comics history about gender and gender violence, whose proposal is to circulate in different spaces, especially in the school space. The exposition is structured as follows: in order to begin, theoretical-analytical reflections will be developed about the recrudescence of the conservative discourse in Brazilian social formation, especially in relation to gender theme. It's relevant to understand how such question is mobilized with goal to determinet what can and should to teach in the school space. Next, a discussion about gender will be undertaken and how the School Ideological Apparatus acts for the reproduction of production relations, as well as theoretical perspectives that defend the school's need to take on the debate of themes such as gender and sexuality. The final section will be dedicated to the presentation and brief analysis of a comic book, through some cuts. With themes related to gender issues and gender violence in their more subtle and everyday gestures, the comics book somehow visibilizes and makes circulate histories of socially segregated subjects.

***Keywords***

Discourse Analysis; Gender; Comics history; Gender violence.

---

Recebido em: 26/10/2018.

Aceito em: 16/11/2018.